SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3.564, DE 2019

(Apensados: PL nº 1.064/2021 e PL nº 1.455/2023)

Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias е sobre atividades desempenhadas pelos operadores portuários, е dá outras providências, para dispor sobre Conselho de Autoridade Portuária dos portos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, para dispor sobre o Conselho de Autoridade Portuária dos portos.

Art. 2º Os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Será instituído em cada Porto Organizado ou no âmbito de cada concessão, delegação ou convênio, um Conselho de Autoridade Portuária – CAP, a ser mantido e custeado pela administração portuária local.

- § 1º Compete ao Conselho de Autoridade Portuária CAP:
- I Baixar o seu Regimento Interno;



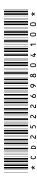




COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

- II Processar e julgar o recurso, sobre os pedidos de habilitação de operador portuário que venham a ser recusados pela Administração do Porto;
- III Externar o seu entendimento, sempre que consultado pela parte interessada, sobre impugnação ou recurso, interposto contra aplicação de penalidade definida por qualquer entidade pública, com atuação dentro do Porto Organizado;
- IV Estabelecer a estrutura física e funcional a ser disponibilizada para o respectivo Conselho incluindo também seus custeios e aqueles envolvidos com as locomoções e estadias de seu Presidente, no exercício de suas funções;
- V Propor ações e emitir posicionamentos sobre:
- a) a promoção, a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias, em especial fomentando as estratégias logísticas, de atração de cargas e a ação industrial e comercial do Porto;
- b) a promoção do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a redução dos custos das operações portuárias, bem como a competitividade e concorrência;
- c) os pleitos de reajustes ou alterações da Tarifa Portuária do respectivo Porto;
- d) os parâmetros relativos à profundidade, largura e outras questões técnicas, a serem aplicados ao canal de navegação, bacias de evolução, pontos de fundeio e pontos de atracação de embarcações no Porto; e
- e) os programas de obras, aquisições e melhoramentos da administração e infraestrutura portuária;
- VI Homologar o horário de funcionamento do Porto Organizado;
- VII Notificar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ sobre o descumprimento de Resoluções e de outros regramentos aplicáveis pela Administração do respectivo Porto Organizado, objetivando aplicação de penalidades;







OMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

VIII – Indicar um membro da classe empresarial e outro da classe trabalhadora para compor o conselho de administração ou órgão equivalente da concessionária ou delegatária do Porto, se entidade sob controle público;

- IX Homologar a proposta do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, inclusive buscando a compatibilização do mesmo e dos programas federais, estaduais e municipais de transporte e de outras atividades com reflexos no sistema portuário;
- X Emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Porto;
- XI Manifestar-se, previamente, sobre as indicações de nomes para os cargos da Diretoria Executiva da Administração do respectivo Porto Organizado, se entidade sob controle estatal, sendo aplicável o poder de veto, desde que devidamente fundamentado; e
- XII Pronunciar-se e propor outras medidas e ações de interesse do respectivo Porto.
- § 2º Nos Portos Organizados, concedidos para empresa privada, o Conselho de Autoridade Portuária CAP, previsto no *caput* deste artigo, terá competência somente em relação aos incisos I a VIII e XII do parágrafo anterior." (NR)
- "Art. 21. O Conselho de Autoridade Portuária será constituído pelos seguintes blocos de membros titulares e respectivos suplentes:
- I Bloco do poder público e administração portuária, sendo:
- a) 1 (um) representante do Governo Federal, indicado pelo Ministério competente sobre as atividades portuárias;
- b) 1 (um) representante do Estado onde se localiza o Porto, indicado pelo Secretário de estado competente sobre infraestrutura;
- c) 1 (um) representante de cada um dos Municípios onde se localiza o Porto ou os Portos Organizados abrangidos pela concessão, indicados pelos respectivos Prefeitos;





SÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

- d) 1 (um) representante da Administração do Porto Organizado, em porto sob administração pública, indicado por sua Diretoria Executiva;
- e) 1 (um) representante da Capitania dos Portos competente sobre o respectivo Porto Organizado;
- f) 1 (um) representante da Alfândega competente sobre o respectivo Porto Organizado; e
- g) 1 (um) representante da Polícia Federal competente sobre o respectivo Porto Organizado.
- II Bloco das operações portuárias privadas, sendo:
- a) 2 (dois) representantes dos Operadores Portuários habilitados no respectivo Porto Organizado;
- b) 4 (quatro) representantes de arrendatários em área de Porto Organizado; e
- c) 1 (um) representante de autorizatários de passagem, quando existentes no respectivo Porto.
- III Bloco da classe dos trabalhadores no Porto Organizado, sendo:
- a) 2 (dois) representantes dos trabalhadores portuários com vínculo empregatício;
- b) 2 (dois) representantes dos trabalhadores portuários com atuação na forma de avulsos, quando existentes no respectivo Porto Organizado;
- c) 1 (um) representante dos trabalhadores com vínculo empregatício na administração do Porto Organizado.
- IV Bloco dos usuários dos serviços portuários e afins, sendo:
- a) 1 (um) representante dos importadores;
- b) 1 (um) representante dos exportadores;
- c) 1 (um) representante dos armadores de cabotagem;
- d) 1 (um) representante dos armadores de longo curso;
- e) 1 (um) representante dos armadores da navegação interior;
- f) 1 (um) representante dos transportadores rodoviários;





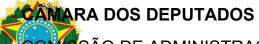


OMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

- g) 1 (um) representante dos transportadores ferroviários, quando for o caso;
- h) 1 (um) representante dos terminais logísticos, instalados no mesmo município, dentro ou fora da área de Porto Organizado, quando existentes, preferencialmente alfandegados;
- i) 1 (um) representante de terminais portuários de uso privado, que utilizem a infraestrutura do Porto Organizado;
- j) 1 (um) representante dos agentes marítimos; e
- k) 1 (um) representante dos despachantes aduaneiros.
- § 1º Nos Portos Organizados administrados pela União, a presidência do Conselho de Autoridade Portuária será indicada pela União.
- § 2º Nos Portos Organizados administrados pelo Estado, Município ou conjuntamente entre ambos, a presidência do Conselho de Autoridade Portuária será indicada pelo Estado.
- § 3º Os representantes previstos nos incisos II, III e IV, do *caput* deste artigo, serão indicados pelas entidades de classe nacionais das respectivas categorias profissionais e econômicas.
- § 4º No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos representantes previstos na alínea "b", do inciso II, do caput deste artigo, serão de indicação exclusiva da associação de classe nacional com maior representatividade, assegurando-se vaga para as demais entidades representantes de segmentos de mercados específicos, quando for o caso.
- § 5º Com exceção dos representantes previstos nas alíneas "a" e "b", do inciso I, todos os demais representantes designados para a composição do Conselho de Autoridade Portuária previstos neste artigo, deverão, preferencialmente, exercer suas atividades profissionais, na região do respectivo Porto Organizado.
- § 6º Os membros do Conselho de Autoridade Portuária serão designados pelo ministério competente para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por







OMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

iguais períodos, na forma estabelecida pelo regimento interno do respectivo Conselho." (NR)

"Art. 22. Cada bloco de representantes pertencente ao Conselho de Autoridade Portuária terá direito a um voto nas deliberações.

Parágrafo único. O presidente do Conselho de Autoridade Portuária terá voto de qualidade nas deliberações que resultem em empate." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2025.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO Presidente



